

# REFUNCIONALIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E A NOVA RACIONALIDADE DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM NÚCLEOS URBANOS TOMBADOS

**Everaldo Batista Costa<sup>1</sup>**

## **RESUMO:**

Este artigo baseia-se na análise da refuncionalização do patrimônio cultural, no Brasil, à guisa da nova racionalidade do capital hegemônico global que se instala nos núcleos urbanos tombados através de estratégias de intervenção e produção do espaço urbano. Para tanto, resgatamos um referencial teórico a respeito do espaço geográfico, do turismo e do patrimônio cultural, de forma relacionada. Na transformação de seu valor cultural em valor de troca, ou seja, tornando o patrimônio um atrativo para a mercantilização do lugar, verifica-se que a organização sócio-espacial destes núcleos acaba por evidenciar a perversidade da globalização econômica, onde se intensificam o processo de segregação sócio-espacial e a banalização pela cenarização destes núcleos, a tônica crítica deste trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** refuncionalização de patrimônio; turismo; organização do espaço; segregação.

## **ABSTRACT:**

### **REFUNCTIONALIZATION OF CULTURAL HERITAGE AND THE NEW SOCIAL AND SPACIAL ORGANIZATION IN TUMBLED URBAN LOCALITIES**

This article is based on the analysis of the refunctionalization of Brazilian cultural heritage, focusing on the rationality of the global hegemonic capital, applied in urban kernel localities stumbled by strategies of intervention and production of urban space. In order to elaborate on such, a theoretic approach is presented regarding the geographic space specifically concerned, tourism and cultural patrimony, in respective relevance. In its transition between its attached cultural value to its imposed exchange value, or simply in its transformation into a target of commercialization, it is feasibly verifiable that the social geographic organization of these urban kernel localities become candid examples of evidence of the perverse imposition of economic globalization, which intensifies the process of geographic social segregation and esthetic vulgarizing of such locales.

**KEYWORDS:** refunctionalization of heritage; tourism; geographic organization; segregation.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (DETUR / UFOP). Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (DG /USP) [ebtkd@ig.com.br](mailto:ebtkd@ig.com.br)

## INTRODUÇÃO

Compreender, geograficamente, a nova racionalidade da organização sócio-espacial em núcleos urbanos, cuja gênese está vinculada a um longo processo histórico de produção do espaço, onde o patrimônio arquitetônico assume novos usos através da indústria cultural, requer uma abordagem teórico-metodológica que nos auxilie a desvendar e a encurtar caminhos para alcançarmos a proposta deste estudo. Esta abordagem está vinculada à questão da relação imbricada entre a produção do espaço, o turismo e o patrimônio cultural, pois a organização sócio-espacial nos centros coloniais de cidades como São João D'el Rey, Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina, Salvador, Recife e muitas outras, espalhadas pelo Brasil, cristaliza diferentes momentos históricos e variadas fases produtivas, responsáveis por caracterizar estes espaços socialmente construídos no transcorrer de nossa configuração territorial.

A relação que se dá entre o espaço, o turismo e o patrimônio, nestes núcleos urbanos, não foge da lógica especulativa e hegemônica do capital, que age pontualmente, escolhendo onde, como e quando atuar; lógica que favorece uma ponte local – global, e que vai produzir espaços urbanos centrais diversificados do ponto de vista das ações, dos usos e dos objetos; diversidades representadas pela manutenção de antigas formas, velhos e novos conteúdos. Vemos, nos centros históricos de algumas cidades coloniais brasileiras - espaços constituídos de um patrimônio cultural considerável -, ações refuncionalizantes que atuam sobre estes objetos para se aproveitarem de seu valor histórico-cultural, estético e pela centralidade que os núcleos representam.

As reflexões apresentadas neste artigo objetivam compreender, geograficamente, a nova racionalidade da organização sócio-espacial nos núcleos urbanos tombados<sup>2</sup> no Brasil, onde a segregação sócio-espacial é intensificada com o processo de refuncionalização do patrimônio, que atende aos ditames do capital, inserindo estes núcleos no mercado global de competição entre as cidades, através do desenvolvimento do turismo, especificamente, o turismo cultural.

## A EVIDÊNCIA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

As formas espaciais são produtos históricos, trabalhados pela ação humana sobre a superfície terrestre, expressando as relações sociais que lhes deram origem (MORAES, 1996). Para este autor, objetos fixados ao solo exprimem a espacialidade de organizações sócio-políticas pretéritas, que se articulam sempre numa funcionalidade do presente. Segundo Moraes, as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos e interesses, onde o ambiente construído estimula novas construções, ou seja, “a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço”, espaço produzido e organizado de modo a obedecer às necessidades econômicas e a ânsia do lucro, categoria espaço que requer interpretação.

Podemos considerar os objetos fixados ao solo “que exprimem a espacialidade de organizações sócio-políticas pretéritas”, propostos por Moraes (1996), compostos em

---

<sup>2</sup> Tombar um bem é inscrevê-lo num dos quatro Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Estudos Geográficos, Rio Claro, 6(2): 53 -73, 2008 (ISSN 1678—698X) <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>

um sistema, que Santos (2002) chama de sistema de objetos. Este autor estabelece que ao considerar o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações<sup>3</sup>, nos é permitido, concomitantemente, trabalhar a formulação conjunta dessa interação, vendo o processo e o resultado. De forma interessante, o autor distingue objetos de coisas, onde “as coisas seriam um dom da natureza e os objetos o resultado do trabalho”; para Henri Focillon (1943, 1981, p. 4 apud Santos, 2002), as coisas “– formas naturais – são obras de Deus, enquanto os objetos – formas artificiais – são obras do homem”.

Natureza, formas naturais ou recursos da natureza como a terra, as águas, o ar, o solo, subsolo, etc., são apropriados para o desenrolar do trabalho humano, segundo Moraes (1993). Vê-se que a riqueza produzida daí é resultado da transformação da natureza em objetos que satisfazem as necessidades do homem; tradicionalmente, necessidades de subsistência, hoje, uma apropriação transformadora que ultrapassa as necessidades básicas e atinge, em demasia, a produção do excedente, acarretando problemas, antes, inimagináveis, hoje, uma realidade que transfigura o espaço e a sociedade.

Assim, podemos considerar que na contemporaneidade, sobretudo, devido à nova “Era da Informação”, resultado de novas técnicas, novos processos, novos tipos de interações sócio-espaciais, os objetos tomam o lugar das coisas, cada vez mais, neste sistema de objetos.

Velhas fronteiras (...) são gradativamente subvertidas pelo caráter antiinercial dos novos capitais e das novas mercadorias e pelo poder de globalização das trocas mercantis. Relativizam-se assim, tanto as antigas fronteiras territoriais, como os espaços singulares de produção e vivência. Alargam-se os limites da sociabilidade e, com isto, a rigidez dos lugares em sua singularidade infinita sucumbe progressivamente aos fluxos e, com eles, ao espaço global. (MORAES, 1993, p.90)

Desta maneira, concordamos com o posicionamento de Santos (2002), ao reiterar que no princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, objetos tomando lugar das coisas, já que as próprias coisas (naturais), quando utilizadas pelo homem, no conjunto de suas intenções histórico-sociais, passam a ser objetos. Santos esclarece ainda que o sistema de objetos é condicionado pelo sistema de ações quando este leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos preexistentes, também o sistema de objetos acaba por condicionar as formas como se dão as ações; aí, o espaço encontra sua dinâmica e se transforma.

Contudo, nesta complexa interação (objeto-ação), podemos considerar, de uma forma mais direta, uma “objetivação” do mundo, um mundo objeto? *Restar-nos-á* a criação, o reconhecimento e a valoração de mercadorias de uma nova era, difundidas generalizada e rapidamente? No mais, estes objetos encontram-se igualmente para todos ou se estabelecem, prioritariamente, a serviço do capital e de alguns, de forma heterogênea no espaço geográfico?

---

<sup>3</sup> Antônio Carlos Robert Moraes desconsidera a pertinência da geografia na análise de um espaço constituído de um sistema de objetos e de um sistema de ações. Para ele o estudo do espaço geográfico deve se pautar, necessariamente, a partir de uma análise direcionada para um sistema de objetos. (Aula proferida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo no dia 21 de junho de 2006 – Disciplina: Teoria e Método da Geografia II).

Santos (1978) reconhece a categoria espaço geográfico como a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho<sup>4</sup>; não inserido o homem, este não constitui o espaço humano ou espaço social, lugar da vida, do trabalho e da morada, com tendência a ser modificado com o desenvolver dos processos históricos, onde se estabelecem novas idéias e interesses. O espaço é um “campo de forças cuja aceleração é desigual”, uma “inércia dinâmica” das formas-conteúdo, pois, estas são resultado e condição de processos passados e presentes, num conjunto de relações com sentido. Dessa maneira, não podemos deixar de mencionar a forma de se analisar o espaço geográfico, a proposição de Santos (2004) ao considerar, metodologicamente e teoricamente, quatro conceitos gerais, no estudo do espaço: a forma, a estrutura, o processo e a função, que devem ser analisados conjuntamente; o autor vê como um erro conduzir cada uma dessas análises separadamente, no reconhecimento do espaço da sociedade. “A interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível através de uma análise global que possa combinar (...) estas categorias analíticas (...) porque a relação é não só funcional como estrutural”, os objetos materiais que formam a paisagem não trazem neles mesmos sua própria explicação. Segundo Santos (2004) isto seria adotar uma metodologia meramente formal, “espacista”, ignorando os processos que geraram as formas no passado ou no presente.

Na mesma conjuntura analítica, Castells (2000) expõe que “o espaço é a expressão da sociedade”. Dentro das transformações estruturais pelas quais passam as sociedades, é reconhecido que estão surgindo novas formas e processos espaciais respondendo a novas lógicas, “o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é sua expressão” (CASTELLS, 2000). Nesta perspectiva, as formas e os processos espaciais de que fala também Castells, são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Estes processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas sócio-espaciais anteriores.

Na verdade, espaço é tempo cristalizado (...) o que é espaço? Em física, espaço não pode ser definido fora da dinâmica da matéria. Em teoria social, espaço não pode ser definido sem referência às práticas sociais (...) Do ponto de vista da teoria social, espaço é o suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado. Imediatamente acrescento que qualquer suporte material tem sempre sentido simbólico. Por práticas sociais de tempo compartilhado, refiro-me ao fato de que o espaço reúne essas práticas que são simultâneas no tempo. É a articulação material dessa simultaneidade que dá sentido ao espaço *vis-à-vis* a sociedade. (CASTELLS, 2000).

Estas formas do passado ou nos dizeres do autor supracitado, o “tempo cristalizado (...) estruturas sócio-espaciais anteriores”, hoje no espaço, são tratadas por Santos (2002) como “rugosidades”; forma, espaço construído ou paisagem “o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Estas rugosidades podem se apresentar de maneira isolada ou em forma de arranjos, sistematizadas, constituindo o espaço geográfico; podemos dizer que elas representam ideais, valores e formas de organizações sociais, econômicas e políticas pretéritas, materializadas no espaço, ou

---

<sup>4</sup> De acordo, também, com Moraes (1996).

de acordo com Santos “as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas, os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (2000), muito bem representadas pela materialidade presente nos núcleos urbanos coloniais brasileiros, organizados segundo um padrão urbanístico de época, que atendem, hoje, à lógica do mercado global.

As mudanças espaciais geradas pelos processos históricos respondem às necessidades atuais do homem. Estas necessidades dão *atualidade* ao espaço; atualidade esta que Santos (2004) afirma “ser formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total”.

O espaço, que é social, dinâmico, envolve agentes e interesses, exprime sempre alguma forma de organização. Esta organização responde, hoje, a uma nova lógica econômica<sup>5</sup> e de concentração geográfica, que para Santos agrava as disparidades sócio-espaciais. “Também o espaço sofre os efeitos do processo: a cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam” (2004). É neste sentido que vamos compreender a nova racionalidade nos núcleos urbanos tombados, onde o capital hegemônico global se apropria destes espaços, propiciando a coexistência de espacialidades múltiplas produzidas por esta lógica capitalística excludente.

Também para Moraes (1996) a apropriação e organização espacial implicam determinações econômicas. Não se nega que a organização dos lugares obedece a funções e necessidades da produção, que a disposição dos objetos responde a imperativos técnicos internos e notadamente, externos, e que os padrões espaciais revelam a ânsia do lucro. Numa análise mais aprofundada, no artigo “*Valor, Espaço e a Questão do Método*”, Moraes e Costa (sn.t. p.59) iniciam uma ampla discussão acerca da valorização do espaço, demonstram que a análise da valorização do espaço não pode ser efetuada fora da teoria do valor-trabalho, ligada à perspectiva histórica do próprio conhecimento. Os autores fazem uma distinção entre *valor no espaço* e *valor do espaço*. O valor no espaço seria aquele criado pelo trabalho, sendo o espaço receptáculo da produção material. Esta produção material relaciona-se com os lugares, apropriando-se de sua extensão e seus limites. “A produção instala-se no espaço valorizando neste a localização e a distância. Trata-se de um valor criado”. Já o valor do espaço é transferido no processo de trabalho para o produto, através das singularidades de cada lugar, segundo Moraes e Costa; “o espaço é diferentemente valorizado em si mesmo (...) o valor criado no espaço que cada vez mais determina seu preço.”

Finalizando, vemos que é no processo de trabalho que se manifestam as formas de valorização do espaço, quer na sua recriação permanente, quer na sua apropriação constante. Este é o nosso ponto de partida no entendimento da ontologia do espaço. (MORAES e COSTA, s.n.t. p. 73)

Considerando que a sociedade evolui no tempo e no espaço, sendo capaz de produzi-lo e reproduzi-lo, as diferentes modalidades de organização espacial só podem

<sup>5</sup> Mundialização da economia, das finanças, da informação e do próprio espaço, que se torna a base para todas as relações, uma vez que ele é um ponto de partida e de chegada para qualquer relação dos novos fluxos.

ser interpretadas a partir da unidade espaço-temporal, das formas e de suas funções, conforme Santos (2005). Deve-se apreender a dimensão formal do espaço juntamente com sua dimensão funcional, como já mencionado, pois esta reflete a ação social que dá sentido à materialidade e sofre inúmeras alterações ao longo do tempo, adaptando-se às necessidades e intencionalidades vigentes em períodos distintos. Segundo Santos (2002), as formas dotadas de uma função tornam-se formas-conteúdo, isto é, os objetos<sup>6</sup>. A organização destes conteúdos no espaço se faz por meio da *refuncionalização* que altera o sistema de valores dos objetos e produz um novo contexto material e social dotado de permanências e mudanças, respondendo a novas necessidades sócio-econômicas, caso dos núcleos urbanos tombados.

Consideramos a organização do espaço uma materialidade social, ao passo que é construída pelo homem, através de suas relações, necessidades e desejos. Segundo Lobato Corrêa (2003) “A organização espacial é a própria sociedade espacializada” reitera ainda, que enquanto objetivação e materialidade social, este assunto não obteve devida atenção, sendo abordado de maneira tímida, explicitamente, a nível teórico, por parte dos geógrafos.

Reconhecemos, em termos de organização do espaço, alguns pontos-chaves e seus agentes como:

- A ação isolada do poder público, em qualquer das esferas administrativas, que *ocorrendo*, procura dar suporte estrutural ao espaço e conseqüentemente à sociedade, cumprindo, **obrigatoriamente**, seu dever.
- A iniciativa privada, que age conforme os ditames do mercado, objetivando tirar o máximo de proveito de suas ações organizadoras do espaço.
- A ação conjunta – poder público- iniciativa privada, na busca de benefícios mútuos. Aqui, é importante salientarmos que a ação público-privada ou mesmo isolada, de qualquer uma das duas esferas, não se verificam de forma uniforme no tempo nem no espaço.
- A sociedade civil organizada, que em alguns momentos vem à tona reivindicando, por exemplo, seu direito à cidade, aos espaços.
- Finalmente, reconhecemos na organização do espaço, o papel dos “eventos”, que Santos (2002) classifica como o resultado de um feixe de vetores, conduzidos por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente, completando-se no espaço e contribuindo para a interpretação geográfica dos fenômenos sociais. Um evento pode simbolizar uma nova fase nas interações sócio-espaciais de um lugar, reestruturando-o, dinamizando-o, imprimindo-lhe uma nova lógica.

Neste contexto, ainda, podemos depreender que estes vetores são muitos e diferentes. Ao atuarem diretamente no espaço, ocorrem de forma, muitas vezes, desigual. Na fase atual do capitalismo, tendo o espaço como ponto de partida e de chegada destes vetores, vemos que suas maiores ou menores intensidades de atuação num determinado ponto, acabam por estabelecer diferentes decisões, cristalizações e conseqüências. Assim, muitos são os espaços que apresentam distintos tipos de operações de produção, consumo, controle e circulação, por exemplo. Estas diferenças acarretam em alguns poucos pontos, de forma heterogênea, tipos de cristalizações como fábricas, pontos de comércio, minas, estradas, ferrovias, terminais, portos, armazéns, habitações etc. Esta heterogeneidade de cristalizações, distribuídas

---

<sup>6</sup> Dispostos de acordo com as necessidades sociais de organização do espaço ao qual pertencem.

de forma desigual no espaço geográfico, mas conveniente ao capital, espacializa diferenças de produção, consumo de bens materiais, acessos a infra-estruturas básicas, representando bem as sociedades capitalistas, estratificadas e excludentes. Dessa maneira, conforme Santos (2004) reitera, a organização do espaço não é indiferente à “qualidade” do capital instalado em seus diferentes pontos; acreditamos que, independentemente se num tempo passado ou no tempo presente.

Nesta lógica, concordamos com a proposição de Lobato Corrêa, ao considerar que a sociedade cria seu espaço para sua própria reprodução, sua perpetuação.

A organização espacial é assim constituída pelo conjunto das inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social. A sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir. Para isto, cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da Terra. Caso contrário, insistimos, a sociedade se extinguiria. (2003).

Cada grupo social tem sua própria organização espacial, conforme suas necessidades e valores. Podemos herdar formas do passado cuja gênese vincula-se a outros propósitos, que não os nossos. Sendo legadas ao presente, estas formas podem ser adaptadas às necessidades atuais. Formas herdadas do passado e apropriadas no presente, na organização atual apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou um valor simbólico que justifica sua permanência. A estas formas pretéritas que Santos (2002) chamou “rugosidades”, Lobato Corrêa atribui o papel de “formas espaciais presentes que podem ter importante papel para o futuro (...) condição de reprodução”; o que demonstra a eficácia de materialidades pretéritas, objetos construídos social e historicamente, na manutenção da sociedade, de valores, do capital e na produção de novos espaços, que devem ser seriamente analisados.<sup>7</sup>

Assim, compreendemos que um estudo da produção, organização e evolução do espaço geográfico, propiciados pelos diversos agentes promotores, historicamente, deve estar diretamente vinculado a uma análise superposta das formas, estruturas, funções e processos, de acordo com Santos (1985, 2002, 2004, 2005) e Lobato Corrêa (2003, 2005).<sup>8</sup>

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual

---

<sup>7</sup> “A noção de tempo é fundamental. A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado. A noção de escala é igualmente importante, pois, se o espaço é total, a paisagem não o é. Não se pode falar de paisagem total, pois o processo social de produção é espacialmente seletivo. O espaço construído que daí resulta é variegado. Formas de idades diferentes com finalidades e funções múltiplas são organizadas e dispostas de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade lhes atribui um novo papel.” (SANTOS, 2004).

<sup>8</sup> **Forma:** Aspecto visível, exterior do objeto; o arranjo destes fornece o padrão espacial. **Função:** tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. A relação entre forma e função é direta: uma forma é criada para desempenhar alguma função, ambas não se dissociam. **Estrutura:** Modo como os objetos estão organizados, como estão relacionados entre si, ela é invisível, não é como a forma, parte da paisagem. É a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. **Processo:** Ação que se realiza continuamente, visando a um resultado; implica tempo e mudança, é histórico. É uma estrutura em seu movimento de transformação. (LOBATO CORRÊA, 2003)

podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1985).

Para Cifelli (2005), que analisou a relação entre turismo, patrimônio e novas territorialidades na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, as categorias de análise – forma, função, estrutura e processo – utilizadas por Milton Santos, e reconhecidas por Lobato Corrêa, para compreender os diferentes modos de organização sócio-espaciais ao longo da história, permite-nos captar a dimensão material deste processo, constituindo-se em categorias de fundamental importância para a discussão da questão patrimonial (de sua fase de consagração aos dias atuais), no âmbito da geografia.

Portanto, entendemos que as formas-conteúdos que constituem as estruturas do espaço geográfico construído historicamente, tornam-se matérias-primas para diversas atividades sociais, dentre elas a prática do turismo, que se apropria de um patrimônio histórico, artístico e cultural, como ocorre em São João D’el Rey, Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina, Salvador, Recife etc., promovendo uma nova lógica de organização sócio-espacial, voltada para a realização da atividade turística, de forma a responder a demandas externas ao lugar, que se subordina aos interesses do mercado e dos agentes hegemônicos.

Neste contexto, a análise conceitual sobre o espaço geográfico, seu sistema de objetos e ações, seu valor, bem como sua organização, até aqui realizada, contribui metodologicamente para direcionarmos a análise, agora, para o entendimento da construção de “espaços mercadorias” (CARLOS, 2001), que entram na lógica global dos novos fluxos através de estratégias de intervenção e produção do espaço urbano para a atividade turística.

## O TURISMO E O ESPAÇO EM EVIDÊNCIA.

Entendemos o turismo<sup>9</sup> como uma prática social que está diretamente relacionada com a lógica da globalização, sobretudo com sua perversidade sobre a qual nos esclarece Santos (2000), uma globalização que nos mostra o mundo como ele é, onde as problemáticas sócio-espaciais acirram-se pelo comportamento competitivo dos agentes hegemônicos globais, caracterizando a nova racionalidade na organização sócio-espacial dos núcleos urbanos tombados brasileiros. Entenderemos, aqui, uma atividade que, chamada por muitos de “indústria”, organiza espaços colocando-os em evidência, caso de vários centros de cidades históricas, como Salvador na Bahia, Cidade de Goiás em Goiás, Diamantina, Tiradentes e São João D’el Rey, dentro do Circuito das Cidades Históricas Mineiras; núcleos urbanos possuidores de uma materialidade pretérita refuncionalizada para novos consumos e novos usos através do turismo, especificamente o cultural.

---

<sup>9</sup> Segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), apud Cruz (2003), o turismo é “uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de um meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.” Ou nos dizeres de Hiernaux Nicolas, “el estatuto de turismo se obtiene com una estância de más de 24 horas, lo que implica una pernocta fuera del lugar habitual de residência.”

Partimos do entendimento de que vivemos em uma época em que os fluxos estão se acelerando e se disseminando, onde o capital torna-se internacional e fluído, onde mais pessoas viajam para lugares mais distantes com extrema facilidade, ou seja, que vivemos o período da “compressão espaço-tempo” (Massey, 2000), o momento do “Pós-Modernismo Flexível” (Harvey, 1994) em que o espaço aparece como atributo indispensável para a atuação de um capital que reproduz a vida social em um novo ritmo; cabe-nos, desta maneira, entender o turismo inserido neste novo momento, como uma atividade que dá um sentido global ao local, dinamizando e transformando o espaço geográfico.

O que um turista busca em Tiradentes, São João D’el Rey ou em Recife? Conforme Yázigi (2003), todas as grandes civilizações que deixaram testemunhos de sua cultura material são, hoje, objetos de desejo do turismo, até mesmo as que tiveram seus territórios transformados em países pobres, mas que mantêm “traços de civilizações”. Não escapa a este processo civilizatório de construção material e imaterial, respectivamente, de objetos e valores sociais, no nosso entender, o Brasil, que no período colonial foi alvo de incursões exploratórias que deixaram marcas no seu território, e que ainda persistem, em formas de núcleos dos antigos Arraiais (hoje, centros históricos de cidades que compõem os circuitos turísticos, como o Circuito das Cidades Históricas Mineiras), Casas Grandes (como as de antigos engenhos ou a da fazenda Ibicaba em Limeira - S.P, onde se cultivava o café), Fortes etc. Cabe ressaltar que esta materialidade pretérita passa por um processo de refuncionalização para se adaptar aos usos e consumos deste momento histórico.

Compreendemos que os espaços modificados pelos processos históricos e atuais, constituídos por objetos sociais remanescentes, tornam-se mercadorias entrando no circuito da troca e na esfera comercial, seguindo padrões ditados externa ou internamente. O valor de troca, estabelecido no “espaço mercadoria”, se impõe aos usos do espaço na medida em que os modos de apropriação são determinados pelo mercado mundializado. Este consumo do espaço é analisado no movimento do valor de uso para o valor de troca (CARLOS, 1996a, 1996b, 2001). Este processo redundando na mercantilização de diversos espaços, entretanto, interessa-nos, aqui, os espaços voltados ao turismo, única atividade social que consome elementarmente o espaço (CRUZ, 2003), atividade que está inteiramente relacionada com os ditames da globalização de valores culturais, sociais, econômicos e políticos.

O turismo cumpre o importante papel de “articular os lugares com o mundo” (LUCHIARI, s.n.t.). Para esta autora, o turismo é um fenômeno complexo que envolve outros fenômenos sociais, culturais e econômicos da sociedade contemporânea. Na mesma linha, Cruz (2003) deixa claro que os usos determinantes de dados territórios pelo turismo, acarretam diferentes tipos de fluxos de capitais, informações e pessoas; fluxos estes determinados fora do lugar, por pontes entre o local e global, que dinamizam o espaço. Silveira também considera uma nova lógica de fluxos numa nova era econômica mundial, que produz o turismo:

Novas formas de circulação dos bens, do dinheiro, das idéias, dos comandos, das modas e novas formas de consumo acabam por gerar novas formas de produção. No período técnico-científico-informacional, as formas de consumo não-material e, entre elas, o lazer, aumentam e se

disseminam no território. Esse parece ser, hoje, o contexto da *produção do turismo*. (SILVEIRA, 1997).

Nesta dinâmica, estabelece-se uma relação entre antigas formas e velhos usos, com novas formas e funções, colocando-se a interação do lugar com o mundo que o atravessa com novos costumes, mercadorias, valores, hábitos e modos de agir; novidades que Luchiari (s.n.t.) considera preponderantes para se recriar a identidade do lugar, produzindo um espaço social diversificado, onde o velho e o novo fundem-se, dando lugar a uma nova organização sócio-espacial, questão que se torna nítida nos espaços urbanos, sobretudo em núcleos urbanos tombados, objetos atuais do turismo, núcleos que são atravessados pela racionalidade do capital global, hegemônico e altamente excludente.

Para Moraes (1993), os espaços urbanos passaram por transformações profundas no desenrolar do capitalismo moderno. O autor reconhece que os edifícios, as ruas e praças e todos os objetos de uma cidade, a própria cidade, apresentam-se como provas empíricas de um grande processo de fixação do homem ao solo. Mas não somente objetos fixos ao solo, inertes e com única função. Concordamos com a posição do autor de que o significado real da urbanização contemporânea transcende aquilo que nos é oferecido fisicamente. Além de representar um objeto capitalista de geração de lucros, a cidade expressa uma verdadeira revolução em suas antigas funções, atuando como concentradora e dispersora de fluxos (informações, pessoas, mercadorias e capital), cada vez mais fluídos neste momento histórico.

Neste sentido, a análise exclusiva de sua fisiologia aparente, nada mais é que uma arbitrariedade: a redução de uma totalidade em movimento a um dos seus momentos (...) Se a cidade não é uma simples ampliação dos lugares, também a relação contemporânea sociedade-espaço não pode ser reduzida a uma reprodução bisonha dos antigos gêneros de vida. (MORAES e COSTA, 1993).

Assim, devemos apreender a cidade através de sua estética característica original ou transformada por novas lógicas do capital, conjuntamente com a sociedade em processo de transformação, o que a torna um lugar que representa o mundo, uma parte organizada e que interage com o todo também através da atividade turística; devemos identificar, nos núcleos destinados a esta atividade, as ações que minimizam o acesso aos espaços públicos, banalizam a cultura local e relegam a população ao esquecimento.

Transformados, os espaços de uma cidade destinada ao turismo adaptam-se à sua demanda. Dentro desta demanda, estes espaços são produzidos, organizados e consumidos, mas não devem ser negligenciados, ainda que algumas vezes ocorra. No entanto, para a manutenção duradoura e sustentável desta prática social, é imprescindível um planejamento territorial que envolva atores direta e indiretamente afetados pela atividade, permitindo-se um consumo e usos que não negligenciem limites e contribuam para a maximização dos efeitos desejados da atividade. Segundo Hiernaux Nicolas,

El espacio-consumido pero no forzosamente destruido, implica que la producción turística no obedece a las leyes de la producción económica tradicional: el espacio turístico se crea y recrea como valor de uso (y también de cambio), sin que su destrucción sea obligada, aunque a veces ocurra. (2001).

Hiernaux Nicolas (2001) reconhece que o consumo do espaço pelo turismo traduz-se não somente pela visão do mesmo, mas pelos atos de percorrer e de localizar-se, “una forma de ejercer el turismo es por el recorrido que a veces se mide por la distancia recorrida: a más lejos, mejor.” Também reconhece a valorização do espaço para a atividade através do valor simbólico do sítio em que se localiza o turismo: “ir a Venecia, Río, Paris, Cancún, se erigem em símbolos de estatuto, por ende en valorización espacial”. Para Cruz (2003), o turismo urbano representa a quase totalidade dos fluxos turísticos mundiais, reconhecendo que as cidades não são apenas núcleos emissores de turistas, mas também pólos receptores de fluxos, o que se dá, em nosso entender, pelo sistema de objetos que constituem as cidades, bem como o sentido simbólico que representam.

Assim, as variedades estabelecidas no lugar, sejam elas culturais, de lazer ou de negócios, tornam-se grandes atrativos para o turismo. Featherstone (2000), analisando as cidades contemporâneas, classifica-as como lugares de transformações, muitas vezes destinadas para o consumo cultural ou de lazer<sup>10</sup>, dentro de uma nova ordem material e imaterial que recria diferentes formas de *flâneur*<sup>11</sup>; novos lugares, nova dinâmica da indústria cultural, da cultura de consumo e do turismo, uma vez que centros históricos, monumentos, museus, lugares de exposições, parques temáticos são restaurados e ou criados, cada vez mais, como espaços destinados à atividade, espaços que se colocam em evidência neste novo momento da história da humanidade.

Desta forma, torna-se emblemática, no âmbito da geografia, a análise dos núcleos urbanos tombados e refuncionalizados, detentores de um conjunto significativo de bens patrimoniais preservados, que representam uma materialidade ressignificada, quer dizer, tais bens culturais são transformados em atrativos para o desenvolvimento da atividade e para a satisfação dos turistas. Esta materialidade pretérita remanescente torna-se “objeto atrativo” através de uma construção simbólica influenciada pelo mercado por meio do “marketing turístico” (CIFELLI, 2005), pela publicidade, pelo Estado, por ações de agentes privados ou pela sociedade civil organizada em alguns casos, de forma dinâmica, dada a revolução dos meios técnicos e informacionais, que redimensionam o tempo e o espaço; vemos sistemas de objetos construídos historicamente, “rugosidades” representadas nos sítios tombados, enquadrarem-se na lógica da informação instantânea, dos transportes velozes e de novos produtos, através dos segmentos de turismo que se estabelecem especificamente nestes lugares, ou seja, os chamados turismo histórico e turismo cultural.

---

<sup>10</sup> Para Carlos (1996), o lazer torna-se uma nova necessidade, produz-se nova atividade produtiva a partir desta necessidade, uma atividade diferenciada, com ocupações especializadas que produzem um novo espaço e novas formas de uso deste espaço.

<sup>11</sup> Em *O Flâneur, A Cidade e a Vida Pública Virtual*, Mike Featherstone faz uma análise da transformação do processo de se locomover e apreender do indivíduo, nos espaços públicos, reconhecendo as grandes transformações pelas quais passam os lugares da era da vida pública virtual e o próprio indivíduo em sua apreensão e locomoção nestes lugares.

## O PATRIMÔNIO E O TURISMO CULTURAL

Podemos considerar a ênfase inicial da trajetória da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, cujo paradigma pautava-se na construção de uma nacionalidade, na busca de uma identidade nacional, onde o Estado foi o maior interessado, um marco inicial para a futura evidência de algumas cidades de Minas Gerais com o turismo cultural, caso de São João D'el Rey (Foto 01), Tiradentes (Foto 02), Ouro Preto (Foto 03), Diamantina (Foto 04), Congonhas e outras, uma vez que este Estado foi centralidade inicial para a concretização do objetivo federal, posteriormente estendendo-se a outros Estados, como Pernambuco e Bahia.



Foto 01 – Rua Direita. Foto do autor. Jan.07

Foto 02 – Rua Direita. Foto do autor. Fev.05.



Foto 03 - Conjunto urbano. Foto do autor. Fev. 06.



Foto 04 – Comércio. Foto do autor. Jan. 07.

No entanto, esta busca de identidade que contou com o auxílio do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), não foi a única ação que projetou estes núcleos urbanos. A partir dos anos 70, em decorrência da impossibilidade do SPHAN manter com recursos federais a agenda de conservação e manutenção do seu acervo nacional, inicia-se um processo de **descentralização** das políticas de preservação no Brasil, passando também à esfera de Estados e Municípios a tarefa de cuidar de seus bens culturais (LEITE, 2002). Em decorrência desta descentralização e do avanço teórico em termos de preservação que ocorre no pós-década de 70, marca a trajetória do turismo cultural, no Brasil, outro importante “evento” (SANTOS, 2002), alguns núcleos são reconhecidos mundialmente, e Minas Gerais, a título de exemplo, passa a concentrar o maior número de sítios eleitos pela UNESCO<sup>12</sup> como Patrimônio da Humanidade<sup>13</sup>, quando são projetadas, internacionalmente, Ouro Preto, Diamantina e Congonhas do Campo, um grande peso na configuração do Circuito das Cidades Históricas Mineiras frente ao mercado global de competição entre as cidades.

Um dos marcos deste processo de descentralização foram os *Encontros dos Governadores (Brasília, 1970; Salvador, 1971)*, segundo Leite (2004), nos quais foram traçadas novas estratégias de preservação com a participação dos Estados. Estes encontros seguiram as recomendações da Carta de Veneza (1964), associando preservação de patrimônio e estratégias de planejamento urbano; esta Carta reitera que o centro histórico das cidades deveria ser objeto de cuidados especiais para salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, manutenção e valorização, de acordo com as “necessidades modernas”, quer dizer, permite a reapropriação estratégica dos núcleos urbanos tombados, quando se inicia o processo da nova racionalidade na organização destes espaços, vinculada aos ditames da globalização.

Estas novas diretrizes foram marcantes para a redefinição das práticas de preservação no país, na medida em que o Estado e os Municípios figuram-se como

<sup>12</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>13</sup> O procedimento de inscrição de um bem na lista do Patrimônio Mundial demanda duas fases distintas. Na primeira, o Estado interessado inventaria o bem cultural e aplica as medidas necessárias para sua proteção. Na segunda, a solicitação da inscrição do bem cultural é submetida ao exame e à deliberação do ICOMOS (Conselho Intenacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico), cujo comitê defere ou rejeita a proposta de inscrição do bem (Silva, 2003).

agentes interessados na preservação de seus bens. A manutenção dos núcleos vai sendo incorporada às políticas urbanas e articulada ao desenvolvimento local e regional, com o incremento do turismo. A década de 70 é marco para a transformação valorativa dos objetivos de preservação do nosso acervo arquitetônico, num movimento que vai da busca de uma identidade nacional ao desenvolvimento da economia local/regional.

Cifelli (2005) analisa o período que compreende 1937 a 1970, a fase inicial de preservação de patrimônio no Brasil, como o da busca de atributos estéticos, do reconhecimento do caráter monumental das edificações e da unidade estilística dos sítios urbanos do período colonial. A partir de 1970, uma nova fase de preservação de patrimônio, Cifelli (2005) considera que há o estreitamento dos laços entre cultura e mercado e a conseqüente ligação do patrimônio cultural com a indústria cultural, dinamizando o turismo, expressivamente depois da década de 90, quando estes núcleos urbanos entram no circuito da troca, transformando-se em “espaços-mercadorias” (CARLOS, 2001).

Nesta nova fase, o Estado de Minas Gerais - referência pela concentração significativa de um rico acervo patrimonial nacional - através da Secretaria de Estado e da Cultura e do IEPHA/MG<sup>14</sup>, assume algumas responsabilidades frente à nova política de preservação de patrimônio que passou a ser implantada no país, segundo Carsalade (2000), adotando os princípios de:

- servir – prestar apoio incondicional à preservação, estimulando ações conjuntas e integradas de agentes sociais diversos, da comunidade e instituições públicas e privadas.
- responsabilidade compartilhada – estímulo do envolvimento pessoal com os bens a serem preservados.
- prevenção – inibir ações predatórias do homem, movidas por impulsos imediatistas e mesquinhos, bem como preservar o patrimônio de acidentes e ações do tempo.
- valorização do indivíduo e da sociedade, do fortalecimento da identidade de um povo e da qualificação da vida e do espaço urbano – são novos fundamentos da preservação do patrimônio e devem passar a nortear quaisquer ações que se façam em nome dos bens.

O Programa de Ações do IEPHA/MG, alicerçado nos princípios acima, trabalha sobre alguns conceitos de gestão do patrimônio que definem estratégias e ações como: integração do patrimônio ao cotidiano das pessoas; entendimento do Estado como incentivador e fomentador, orientando ações, agentes e diretrizes; entendimento da cultura como geradora de emprego, renda e qualificação profissional.

Com estes princípios e programa de ações, verifica-se que com as novas regras que o Estado de Minas estabelece em relação ao seu acervo, há uma tentativa, **ao menos teórica**, de viabilizar a preservação do patrimônio com uma maior integração de agentes sociais, tanto públicos como privados, e dar uma resposta econômica ao rico acervo do Estado, sobretudo através do turismo cultural, vendo como centralidade a preservação do patrimônio e os interesses sociais gerais.

Na prática, estas ações ficam, muitas vezes, condicionadas a interesses particulares e imediatistas de nossos representantes, aos interesses de uma minoria; fato que podemos observar na própria organização sócio-espacial de alguns núcleos

---

<sup>14</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Minas Gerais.  
Estudos Geográficos, Rio Claro, 6(2): 53 -73, 2008 (ISSN 1678—698X)  
<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>

urbanos tombados, apropriadas pelo turismo ou na forma de usos destes espaços. Poucos são os empreendedores em condições de estabelecerem “objetos suporte” ao turismo nos arredores ou mesmo no centro histórico de São João D’el Rey, de acordo com Costa (2007); a Prefeitura Municipal apenas neste ano está organizando cursos para capacitação de guias turísticos e gestão de políticas públicas culturais, quer dizer, esta ação foi relegada ao esquecimento por anos de turismo na cidade. Ou ainda, não se verifica, em Tiradentes, a apenas 14 km de São João D’el Rey, durante procissões da Semana Santa, pessoas, toalhas e jarros de flores às janelas dos sobrados na Rua Direita, uma prática que era comum nas festas religiosas destas cidades (COSTA, 2005).<sup>15</sup> Estas referências mostram-nos que os agentes públicos não cumprem, de forma eficiente, os princípios e as ações que se outorgam: de servir, de responsabilidade compartilhada, de qualificação da vida e de cuidado com o espaço urbano, o que contribui para a intensificação da nova racionalidade nos núcleos urbanos tombados, produzida pelo capital hegemônico global.

Apesar de ter sido povoado somente duzentos anos após o descobrimento do Brasil e a dinâmica do ciclo do ouro ter sido efêmera, Minas Gerais concentra boa parte do patrimônio nacional tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), seja o bem isolado ou conjunto urbano. Desta maneira, o período colonial do ouro como um *processo* histórico estabelece a *estrutura* vigente ainda hoje na produção dos espaços urbanos coloniais de Minas, onde as *formas-conteúdo* daquela época, cristalizadas no espaço geográfico e que tinham determinadas *funções*, passam por um processo de refuncionalização nos dias de hoje. Assim, vemos uma materialidade pretérita permeada de conteúdos culturais servirem de matéria-prima para o turismo implantado em alguns núcleos urbanos preservados do Estado.

Não pretendemos fazer apologia à atividade turística, tão pouco bestializá-la; contudo, a crítica é focalizada na questão da banalização pela cenarização dos núcleos preservados, bem como na segregação sócio-espacial oriunda da refuncionalização que segue a lógica hegemônica do capital globalizado. Entretanto, entendemos que, **com um devido planejamento estratégico sócio-espacial**, o turismo cultural **pode** auxiliar financeira e socialmente na conservação do patrimônio destas cidades históricas, pois, este, diferente do turismo de massa, objetiva a visita e o conhecimento dos sítios, dos bens, do “esplendor religioso” (RAMOS, 2000), da arte barroca, do artesanato, da música, da comida típica; em Minas, na Bahia ou em Pernambuco, por exemplo, muitos turistas buscam fazer um reconhecimento da história do Brasil através de sua expressão arquitetônica e artística; este turista busca a interpretação do espaço produzido historicamente, busca entender na forma que perdura o conteúdo passado e mesmo sua refuncionalização. De acordo com Carvalho (1996) que faz o reconhecimento da dinâmica atual do patrimônio histórico das cidades médias paulistas, as pessoas procuram interações com outras fora de seu lugar; o homem que conhece outros lugares, quando volta, tem outra leitura diferenciada do seu próprio lugar; seus olhos, seu ser, estão modificados, passa não somente a olhar, mas a “ver” seu lugar, resgata-se a sua identidade.

---

<sup>15</sup> São poucos os imóveis usados como residência no núcleo tombado de Tiradentes-MG, dada a especulação imobiliária; neste espaço estabelece-se um dinâmico comércio voltado para o turismo (lojas de estanho, prataria, ourives, souvenirs, artesanato, malharias etc.). Verifica-se, no centro histórico de Tiradentes, um intenso processo de cenarização que banaliza o valor histórico-cultural do patrimônio arquitetônico; o misto de manutenção com adaptação das formas é acompanhado pela reavaliação de seus conteúdos significativos. (COSTA, 2005)

Concordamos com Telles (2000), ao propor que os equipamentos destinados ao turismo em cidades históricas devem ser projetados de forma a permitir a conservação e a valorização do **potencial cultural** desses bens que são matéria-prima para a atividade. Os hotéis, as pousadas, restaurantes e o próprio comércio destinado à atividade devem se adaptar aos sítios, aos bens históricos, sem copiá-los, mas respeitando sua escala, espaço, ritmo e colorido. Uma facilidade encontrada nestas cidades que se evidenciam com o turismo histórico-cultural é que parte da matéria prima para a atividade já se encontra presente no espaço, assim, os investimentos iniciais podem ser menores, segundo Carsalade (2000).

Logo, esta é a fase em que o patrimônio cultural é projetado mundialmente como mercadoria ou como um atrativo para o consumidor, aderindo a valores que são ditados pelo capital especulativo; neste momento, a junção do poder público com agentes privados na preservação do patrimônio objetivam a busca do lucro, impreterivelmente, produzindo e organizando os espaços para a atividade do turismo, dentro de uma nova racionalidade. Esta fase de preservação é denominada por Motta (2000) de “modelo globalizado”, onde os projetos de preservação visam o consumo visual, uso dos bens como produtos, cujo enobrecimento coloca as cidades numa disputa no mercado globalizado.

Há a vertente que propõe uma política de preservação de patrimônio voltada para inserção das cidades históricas no mercado globalizado, entendendo que o turismo “es hoy una de las grandes y más significativas actividades económicas de nuestro tiempo” (MOREL, 1996). Esta atividade pode contribuir para tirar ou não deixar que nosso patrimônio caia num estado de degradação irreversível, se bem planejada, pois, se a globalização está para a dinamização dos fluxos turísticos, também colabora para a difusão da ideologia da preservação de patrimônio. Contudo, esta política de preservação deve ser permeada de responsabilidade do Estado e da sociedade, com o estabelecimento de Planos de Preservação Integrados (comunidade, poder público e agentes do mercado), para que a cultura local, a comunidade, suas necessidades e cotidiano, o próprio espaço geográfico, constituído em seu sistema de objetos e ações, não sejam relegados ao esquecimento ou “negligenciados”, como diria Cruz (2005). Ideal seria a implementação de projetos turísticos voltados, verdadeiramente, ao desenvolvimento local, onde a população residente, o turista e o turismo sejam, todos, beneficiados mutuamente. Tarefa um tanto difícil de ser realizada, dado o interesse imediatista de nossos representantes e o unilateralismo dos agentes de mercado.

## REFUNCIONALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO

O patrimônio cultural estabelecido no espaço e refuncionalizado para novas atividades, sejam elas turísticas ou comerciais locais/regionais, representa, hoje, matéria de discussão dentro da análise geográfica das novas dinâmicas urbanas, uma vez que sua reapropriação atende às necessidades do mercado mundializado.

Observa-se intervenções de caráter eminentemente cenográfico, descompromissadas em revelar os reais valores histórico-culturais dos núcleos urbanos tombados. Segundo Motta (2000), aplica-se ao patrimônio cultural espacializado um desenvolvimento sustentável, cuja apropriação criteriosa objetiva o repasse aos interesses privados. A autora deixa claro que não vê o mercado como um

mal em si; coloca em questão o oferecimento do patrimônio cultural como mercadoria, pois como bens coletivos, não deveriam atender apenas às necessidades do mercado e de alguns.

Há a inserção do patrimônio cultural no circuito das comunicações, do consumo de massa e da indústria do turismo, o que favorece o enobrecimento de espaços centrais dotados destas materialidades, pois se acentua o processo de especulação imobiliária com a chegada de novos agentes, permitindo que se estabeleçam usos específicos que tiram partido do potencial paisagístico do espaço constituído (Motta, 2000).

Para Luchiari (2005), a apropriação dos bens culturais segue a conduta de transformação do patrimônio histórico em mercadoria, assim como a sua refuncionalização vem servindo à ideologia do consumo e não mais às práticas culturais representativas do sentimento de pertencimento das culturas e populações locais. Estas práticas demonstram o descompromisso dos agentes responsáveis com as sociedades e com o próprio espaço, ao não considerarem as reais vontades e necessidades da população local. Nos dizeres de Luchiari (2005),

A cidade, natureza transformada e artificializada pela ação social, acumula nos seus artefatos o tempo humano. A mudança de postura ideológica da sociedade em relação ao seu patrimônio cultural revela novos universos simbólicos que perfazem um processo contínuo de alterações de valores.

Assim, podemos considerar que diversos são os núcleos urbanos tombados, estrategicamente apropriados, que se inserem no contexto das cidades atrativas pelo seu rico acervo material e imaterial culturais, representados pelas suas formas e seus conteúdos que entram na dinâmica do mercado mundializado atual, ou na concepção de Harvey (1994), no período da flexibilidade técnica, da revitalização urbana, das imagens, onde a racionalidade do capital pede resposta à pergunta: “Foi lucrativo?”. Apreendemos que o período de formação territorial brasileira, como um *processo* histórico, estabeleceu a *estrutura* vigente ainda hoje na produção dos espaços urbanos coloniais, onde as *formas-conteúdo* daquela época, cristalizadas no espaço geográfico e que tinham determinadas *funções*, passam por um processo de refuncionalização na contemporaneidade. Assim, vemos uma materialidade pretérita permeada de conteúdos culturais servirem de matéria-prima para o desenvolvimento comercial e turístico em alguns núcleos urbanos preservados.

Observamos, neste processo de refuncionalização do patrimônio cultural, uma tendência de ações descompromissadas com o passado e com o lugar, propiciando a expulsão da população residente destes espaços turísticos, seja através da intensificação da especulação imobiliária que impossibilita a permanência das famílias de baixa renda nestes espaços centrais, seja através da intensa banalização pela cenarização estimulada pelos agentes do capital, que redundam no estabelecimento de lugares inacessíveis ao residente e no esquecimento das práticas culturais locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visa colaborar para endossar a discussão da produção do espaço urbano em núcleos tombados que passam a integrar o circuito do mercado global, representando espaços diferenciados que entram na disputa entre cidades, uma análise especificamente geográfica.

Desta maneira, consideramos que a análise do **sistema de objetos** indissociável de um **sistema de ações** estabelecidos no centro histórico destas cidades, estudados segundo suas **formas, processos** de construção, **estrutura, funções** pretéritas e atuais, para adotar uma metodologia proposta por Santos (2002), a qual analisamos no início deste artigo, pode simbolizar um significativo referencial teórico e metodológico que nos permite entender e discutir, no âmbito da geografia, a questão patrimonial, o turismo e a organização do espaço, cuja essência é social, em núcleos urbanos tombados, de maneira específica e individualizada, uma vez que cada caso apresenta suas peculiaridades próprias, onde a nova racionalidade segue a lógica atual da globalização perversa, categorizada por Santos (2000).

Os problemas levantados neste artigo podem servir de subsídios relevantes para análises específicas e mais aprofundadas de acordo com esta temática. Considerando que a refuncionalização do patrimônio cultural imprime uma nova racionalidade na organização sócio-espacial destes núcleos, verifica-se a coexistência de distintas espacialidades, diversos interesses e mescladas ações, que em alguns casos, acabam por resultar em conseqüências que recaem sobre uma maioria não inserida diretamente neste processo, sendo negligenciados a população local e o próprio espaço geográfico (Foto 05).



Foto 05 - Reivindicação da população de Diamantina – MG, aos agentes públicos, por melhores condições sócio-espaciais. Foto do autor. Jan. 07.

Faz-se mister que agentes públicos e sociedade civil organizada trabalhem em conjunto na busca e na conquista de melhores soluções na organização sócio-espacial de seus núcleos urbanos, numa gestão participativa, tendo a população local, o patrimônio cultural e os turistas, nesta ordem, como principais referenciais, pois se o conjunto adquire valor de troca em detrimento ao seu valor de uso, onde a forma sobressaia ao seu conteúdo significativo acarretando na intensa cenarização do núcleo, perde a população local (Foto 06), perdem os turistas e vemos apagada a função primeira do próprio patrimônio, degradado e deixando de ser destinado à coletividade, experimentado e vivenciado por todos enquanto um referencial de identidade, tradição e cultura.



Foto 06 - Moradores de baixa renda de outro bairro vendendo verduras no centro histórico de Ouro Preto-MG, onde o uso residencial é pouco significativo. Foto do autor, jan. 2006.

Assim, reconhecendo que a refuncionalização do patrimônio nas cidades históricas o faz adquirir valor de mercado, entende-se que pode ocorrer um

descompromisso com o passado, com o lugar e com as pessoas, através de uma nova tendência global que estabelece a mundialização dos lugares, de todos os valores, relações e da própria cultura; uma nova dinâmica e racionalidade que deve ser apreendida para além do mero olhar, mas próxima da observação pertinente e coerentemente crítica. Segundo Karl Marx, no prefácio de sua primeira edição de *O Capital*, em 1867:

Perseu tinha um capacete que o tornava invisível, para perseguir os monstros. Nós, de nossa parte, nos embuçamos com nosso capuz mágico, tapando nossos olhos e nossos ouvidos, para poder negar as monstruosidades existentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O consumo do espaço*. In: CARLOS, A. F. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O turismo e a produção do não-lugar*. In: YÁZIGI, E. CARLOS, A. F. A. CRUZ, R.C.A. (orgs). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996a.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996b.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. *A Política Estadual do Patrimônio*. In: GUTIERREZ, Ângela e TELLES, Augusto C. **O Território do Barroco no século XXI**. Belo Horizonte. Instituto Cultural Flavio Gutierrez. Bureal Cultural/2000.
- CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. *Patrimônio Histórico e Artístico nas Cidades Médias Paulistas: A Construção do Lugar*. In: YÁZIGI, E. CARLOS, A. F. A. CRUZ, R.C.A. (orgs). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra - 4ª Edição, 2000.
- CIFELLI, Gabrielle. **Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto – MG**. Campinas: UNICAMP/ Dissertação de Mestrado – Instituto de Geociências, 2005.
- COSTA, Everaldo B. **Município de Tiradentes (MG): A cidade como reflexo presente de uma imagem pretérita**. Rio Claro / UNESP: Trabalho de Iniciação Científica (processo nº 1727 / 2004) apresentada ao (DEPLAN) Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento, 2005.
- COSTA, Everaldo B. **Turismo e organização sócio-espacial no centro histórico de São João D’el Rey – MG**. São Paulo: Universidade de São Paulo: TGI, Departamento de Geografia (USP - FFLCH), 2007.
- CRUZ, Rita de C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: ROCA, 2003.
- CRUZ, Rita de C. A. *As paisagens artificiais criadas pelo turismo*. In: YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- CRUZ, Rita de C. A. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Santa Catarina: Editora da UFSC, Geosul (Revista do Departamento de Geociências), 2005.
- Estudos Geográficos, Rio Claro, 6(2): 53 -73, 2008 (ISSN 1678—698X)  
<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>

FEATHERSTONE, Mike. *O Flâneur, a Cidade e a Vida Pública Virtual*. In: ARANTES, Antônio (org). **O Espaço da Diferença**. São Paulo: Papius, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HIERNAUX NICOLAS, Daniel. *Elementos para un Analisis Sociogeografico del Turismo*. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org). **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LEITE, Rogério Proença S. **Espaço Público e Política dos Lugares: Usos do Patrimônio Cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. Campinas: UNICAMP/ Tese de Doutorado - IFCH, 2002.

LEITE, Rogério Proença S. **Contra-Usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora da UFS, 2004.

LOBATO CORRÊA, Roberto. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

LOBATO CORRÊA, Roberto. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

LUCHIARI, Maria T. D.P. *Urbanização turística um novo nexos entre o lugar e o mundo*. In: LIMA, Luiz Cruz. (org). **Da cidade ao Campo: A Diversidade do Saber-Fazer Turístico**, s.n.t.

LUCHIARI, Maria T. D.P. **A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades**. São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 17, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Difel, 1982.

MASSEY, Doreen. *Um sentido global do lugar*. In: ARANTES, Antônio (org). **O Espaço da Diferença**. São Paulo: Papius, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **Valor, Espaço e Questão do Método**. s.n.t.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. São Paulo. Editora HUCITEC, 1993.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo. Editora HUCITEC, 1996.

MOREL, Joaquín Bosque. *O Patrimônio da Humanidade*. In: YÁZIGI. E, CARLOS. A. F, CRUZ. R. C. A. (orgs). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo. Editora Hucitec, 1996.

MOTTA, Lia. *A Apropriação do Patrimônio Urbano: Do Estético-Estilístico Nacional ao Consumo visual do Global*. In: ARANTES, Antônio A. (org). **O Espaço da Diferença**. São Paulo: Papius, 2000.

RAMOS, Adriano Reis. *Aspectos do Estilo Barroco em Minas Gerais e Considerações sobre a Preservação dos Bens Culturais*. In: GUTIERREZ, Ângela e TELLES, Augusto C. **O Território do Barroco no século XXI**. Belo Horizonte. Instituto Cultural Flavio Gutierrez. Bureal Cultural/2000.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC. Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2004.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005.

SILVA, Fernando F. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

SILVEIRA, Maria Laura. *Da Fetichização dos Lugares à Produção Local do Turismo*. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org). **Turismo. Modernidade. Globalização**. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

TELLES, Augusto C. S. *Preservação dos Bens Culturais Ontem e Hoje; e Amanha?* In: GUTIERREZ, Ângela e TELLES, Augusto C. **O Território do Barroco no século XXI**. Belo Horizonte. Instituto Cultural Flavio Gutierrez. Bureal Cultural/2000.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização Urbana, Planejamento e Turismo. Discípulos do Amanhecer**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

Recebido em julho de 2007  
Aprovado em dezembro de 2009